

CLIENTE: CBH-Doce
VEÍCULO: ES – Hoje
DATA: 06 de fevereiro de 2018

[Leia a reportagem completa](#)



Bacias em alerta: chuvas não resolvem o problema da crise hídrica no Espírito Santo

Capa / Bacias em alerta: chuvas não resolvem o problema da crise hídrica no Espírito Santo

6 de fevereiro de 2018 - por Danieleh Coutinho

 **Curtir**  **Compartilhar** 36 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro de seus amigos.



Nenhuma bacia hidrográfica capixaba consegue sair do sinal de alerta em relação à situação hídrica. Os principais Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) do Espírito Santo demonstram preocupação com a quantidade de chuva que era esperada e não chegaram. Mas, o que mais vem afligindo os gestores é o mau uso do solo e da água no trajeto que compreende os principais rios capixabas.

Um dos rios que abastece a Grande Vitória, o Jucu, vive o problema histórico e continua sem solução. O consumo de água é muito grande desde as áreas de serra, onde o rio nasce, para agricultura e pecuária, até a região metropolitana, para o consumo humano, de acordo com o presidente do CBH do Jucu, Elío de Castro Paulino. Além disso, o solo é utilizado "sem muito critério".

De acordo com o Boletim de Acompanhamento Hidrológico da Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh), em 3 de janeiro o Jucu atingiu o auge da vazão no mês, ficando mais de 25% acima do estado de atenção. Entretanto, a partir desse dia, a vazão seguiu diminuindo gradativamente até chegar ao estado crítico no dia 19. Em 25 de janeiro a estação da Fazenda Jucuruaba chegou a medir 6.925 litros por segundo, menos da metade da vazão considerada crítica (17.040 l/s).

No último mês o Rio Jucu operou 17 dias pouco acima do estado crítico, quatro dias na linha e outros cinco dias abaixo do crítico. De acordo com Paulino, o mau uso da água e do solo contribui para que o rio tenha um prazo curto para depender das chuvas.

"Na agricultura, pecuária, construção das cidades não nos preocupamos se estaríamos facilitando o arraste de sedimentos para o fundo do rio. Plantamos sem respeitar isso, o que contribui para diminuir a oferta de água na bacia. E o solo descoberto, sendo utilizado inadequadamente, perde capacidade de armazenar água. Assim, a água da chuva bate e desce para o fundo do vale e o rio fica cheio. Há uma sensação de que a escassez acabou. Só que não houve a recarga hídrica. A água que está no rio tem que abastecer os lençóis freáticos. Como não houve abastecimento, fica o prazo de escoar para o mar. Ou quando não está chovendo, imediatamente é captada para produção agrícola e pecuária. O solo perdeu capacidade de absorver a água e ela escorre pro mar", esclarece o presidente do comitê.

Nível crítico

O Rio Itabapoana, que passa pelos municípios de Guaçuí, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte, Apiacá, Muqui, Mimoso do Sul e deságua em Presidente Kennedy, também chegou a apresentar vazão abaixo do nível crítico do dia 19 (quando se aproximou da metade de seu nível crítico) até o dia 22 de janeiro, quando operou no limite. No dia 25, a estação da Ponte do Itabapoana chegou a marcar 17.921 mil litros por segundo, bem inferior à vazão crítica, que é de 23.196 mil litros por segundo.

Já um dos pontos de monitoramento da Bacia Hidrográfica dos Pontões e Lagoas do Rio Doce, o Rio São José, operou do dia 18 a 23 de janeiro pouco acima do nível crítico. O presidente do CBH local, Antônio Ruy Júnior, afirmou que, com a crise hídrica, os conflitos pela água tem se agravado na região. "O Espírito Santo é um Estado com economia essencialmente agrícola, sendo cenário de conflitos pelo uso da água – situação que se agravou nos últimos anos, com a crise hídrica", afirmou Antônio Ruy.

Cobrança pelo uso da água em 2019

“Não tínhamos a preocupação de preservar e nem a noção de que a água não é infinita. Hoje temos a certeza clara de que se não atuarmos na defesa e conservação do rio vamos ter dificuldade de garantir água para o futuro”. A afirmação é do presidente do CBH do Jucu, Elio de Castro Paulino, que aguarda o início da cobrança pela utilização da água do rio o quanto antes, aprovada em 30 de outubro do ano passado. Após a implementação, a cobrança deve entrar em vigor no início de 2019.

“Os recursos para as ações de recomposição para produzir água, que é o que nos interessa, advém da cobrança pelo uso da água. Somos o único estado que não paga pelo uso da água e todos usam da forma que bem entendem, sem muitos critérios de conservação e uso racional. Na minha visão essa crise hídrica é permanente porque não temos feito as ações. Quando chove muito, sobra água, alaga e causa transtorno. Quando não chove, falta água e é o mesmo transtorno”, defende ele.

E informa: “Trabalhamos com a possibilidade de, em 2018, construir um processo para operacionalizar cobrança e que em 2019 possamos iniciar a cobrança pelo uso da água”. O presidente da CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, Antônio Ruy Júnior, informou que a cobrança pelo uso da água já é feita na porção federal do Rio Doce e que os recursos são utilizados na melhoria ambiental da região.

“Todos os rios em situação de atenção”

Na Bacia Hidrográfica do Itapemirim a situação é de atenção. De acordo com o presidente do CBH, Paulo Breda, a região deve sofrer como em 2017. “A vazão de todos os rios está na situação de atenção. Não recuperou e sabemos que daqui pra frente vão acontecer chuvas menores. A quantidade de chuvas não foi suficiente para recarga hídrica e os córregos não estão com a vazão esperada. Isso reflete que a gente vai passar pelo mesmo perrengue do ano passado”, afirmou Breda.



Segundo o presidente, o Rio Muqui é o que se encontra na situação mais crítica. “Tivemos rios em que a vazão foi ao extremo. O Rio Muqui é uma situação de muita atenção nossa porque a vazão dele é pequena e sustenta quatro municípios. Além da quantidade a qualidade é ruim porque não existe tratamento de esgoto. No ano passado, no auge da crise, o rio quase para de correr”, relatou.

O presidente do CBH do Santa Maria do Doce, Olindo Demoner, afirma que o grande problema é o uso desregulado da água na agricultura e que, após os períodos críticos, quando o Acordo de Cooperação Comunitária (ACC) funciona, os produtores param de cumpri-lo. “Fizemos ACCs que a população em período crítico aderiu, mas volta a água e esquece de novo. São situações que a Agerh tem que tomar ação e controlar, fiscalizar, para que não falte água novamente”, afirma Demoner.